



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro / PE	CNPJ:	40.893.778/0001-91
Endereço:	Rua Antônio Francisco da Silva	Complemento:	
Bairro:	Centro	CEP:	55820-970
Telefone:	(081) 3621-9077	Fax:	(081) 3621-9077
		E-mail:	josecarlosdeoliveira2011@gmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	Severino Jeronimo Da Silva	CPF:	558.038.304-53
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	josecarlosdeoliveira2011@gmail.com	Data Início de Gestão:	01/01/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome:	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO	CNPJ:	05.018.469/0001-71
Endereço:	RUA PADRE CICERO ROMÃO	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	55820-000
Telefone:	(081) 3621-9077	Fax:	(081) 3621-9077
		E-mail:	lagoaprev@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	CPF:	783.332.294-68
Cargo:	Gerente	Complemento do Cargo:	PREVIDENCIÁRIO
Telefone:	(081) 3621-9077	Fax:	
		E-mail:	lagoaprev@gmail.com
		Data Início de Gestão:	

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome:	LUCELIA NADJA CLAUDINO	CPF:	028.083.124-23
Cargo:	Diretor	Complemento do Cargo:	ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Telefone:	(081) 3621-8025	Fax:	
Entidade Certificadora:	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais	E-mail:	lucelianadja@bol.com.br
		Data Início de Gestão:	22/05/2015
		Validade Certificação:	22/05/2018

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	LUCELIA NADJA CLAUDINO	CPF:	028.083.124-23
Telefone:	(081) 3621-8025	Fax:	
Data de envio:	06/07/2015	E-mail:	lucelianadja@bol.com.br

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2015

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: LUCELIA NADJA CLAUDINO

CPF: 028.083.124-23

Data da Elaboração: 05/06/2015 Data da ata de aprovação: 05/06/2015

Órgão superior competente: CONSELHO DELIBERATIVO

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico () Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	61,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	39,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	0,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	0,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, b	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	0,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		100,00

[Handwritten signatures]

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O cenário para o ano de 2015 não é nada animador. Do lado externo, as principais economias do planeta concentram seus esforços na estabilização de seus mercados. Apesar de não enxergarmos, por ora, um quadro recessivo na economia mundial, a recuperação é lenta e os efeitos dos estímulos se darão no longo prazo. Com isso, espera-se que os preços das commodities mantenham-se pressionados pela demanda enfraquecida, o que é uma má notícia para o Brasil, tradicional exportador mundial de commodities metálicas e agrícolas. O resultado disso é que a balança comercial vem registrando resultados pífios, com o mercado projetando fechar o ano de 2014 com saldo de US\$ 2,1 bilhões.

Do lado doméstico, temos sérios problemas a serem resolvidos. O modelo econômico adotado pelo governo FHC, baseado no tripé "responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação e câmbio flutuante", que deu estabilidade e confiança a economia brasileira, foi aos poucos abandonado e por fim substituído pela denominada "nova matriz econômica", caracterizada por expansão fiscal, crédito abundante a juros subsidiados e taxa de câmbio controlada. O resultado foi que o país pouco cresceu, a inflação fugiu ao controle, e as finanças públicas entraram em rota de insustentabilidade. As famílias, incentivadas ao consumo, estão endividadas, e a inflação alta não incentiva o consumidor a tomar mais crédito. O governo insiste em afirmar que o problema da economia é de demanda, o que pode colocar a economia em um círculo vicioso.

Do lado da oferta, as perspectivas não são animadoras. O setor industrial opera em ritmo lento e o Índice de Confiança da Indústria está nos menores níveis observados em 2009. O baixo investimento em infraestrutura, notadamente pelo setor público, desestimula o setor produtivo.

A inflação deverá permanecer pressionada nos primeiros meses do ano, devido à baixa oferta de produtos, além da pressão exercida pelos preços administrados. A estiagem prolongada reforça um quadro ruim e encarecem o item relativo aos alimentos, que exerce grande peso nos índices. O IPCA continuará batendo o teto da meta da inflação estabelecida, de 6,50% ao ano. Isto forçou a autoridade monetária, na penúltima reunião anual do COPOM, a elevar a Selic – taxa básica de juros da economia para 11,25% ao ano, em decisão dividida (5 votos a favor da elevação e 3 votos favoráveis a manutenção). De certo modo, a decisão surpreendeu o mercado, que esperava manutenção da taxa em 11,00% ao ano, e novas elevações somente a partir de 2015. O objetivo é sinalizar ao mercado o compromisso de fazer a inflação convergir aos poucos para o centro da meta, de 4,50% ao ano. Além disso, um aumento dos juros nos EUA cada vez mais próximo fatalmente forçará novos aumentos na Selic no futuro para conter a fuga de capitais do país e os efeitos negativos de uma desvalorização cambial.

Somados, todos esses fatores refletem no baixo crescimento da economia. O mercado estima que o PIB se expandirá abaixo de 0,3% em 2014, e não muito mais do que 1,0% no próximo ano. Em meio a tudo isso, as agências de classificação de riscos Fitch e Standard & Poor's estão atentas aos próximos passos do governo na área econômica, para avaliar as perspectivas de rating. A Fitch divulgou relatório informando que a capacidade das autoridades brasileiras em combater os desequilíbrios econômicos e fiscais do país será crucial para a avaliação do rating soberano.

De concreto, ainda não é possível vislumbrar um cenário que permita fazer projeções precisas. Mas dá para imaginar que será mais um ano desafiador para se obter rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tanto no mercado de renda fixa quanto no mercado de renda variável.

No entanto, considerando que o baixo crescimento econômico obtido em 2014 tende a inibir significativas altas da Selic em 2015, deve ser mantido também o viés de valorização dos títulos representado pelo IMA-B também para o próximo exercício.

No geral todos os indicadores IMA obtiveram bons resultados em 2014, uma vez que em todos os segmentos os rendimentos acumulados no ano foram superiores a meta atuarial da grande maioria dos fundos (IPCA + 6%), inclusive recuperando as perdas de 2013 no acumulado dos últimos 12 meses.

Além do IMA-B, o IRF-M, que expressa a rentabilidade dos títulos prefixados como as LTN e as NTN-F, também obtiveram bom desempenho, com destaque para os papéis com vencimentos acima de 01 ano. Esses papéis estão entre os preferidos dos investidores estrangeiros, que normalmente compram títulos indexados a índices inflacionários.

Com a expectativa de taxas inflacionárias novamente rondando o teto da meta para 2015, segue a tendência de valorização destes papéis para o próximo exercício.

Objetivos da gestão

Geral: estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do RPPS, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Específico: zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco x retorno.

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Nos investimentos em renda fixa diretos via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.

Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme acima listados, serão considerados baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.

Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País.

O limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outrassociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas nos incisos VI e alínea "a" do inciso VII da Resolução deixa claro que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País.

Que os regulamentos dos fundos determinem que os limites máximos de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle não podem ultrapassar 20% (vinte por cento).

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa a buscara um retorno de rentabilidade de pelo menos 95% (por cento) dos índices de referencia do Mercado ANDIMA.

Segmento de Renda Variável

No segmento de renda variável, não serão realizados investimentos em 2015.

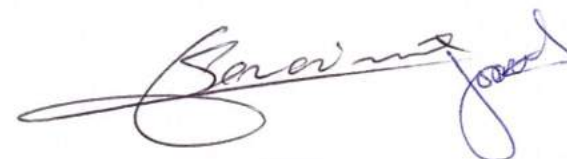
Segmento de Imóveis

Não serão realizados investimentos neste segmento em 2015.

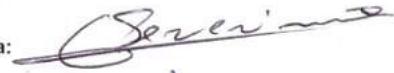


Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

Observações

A Política Anual de Investimentos será divulgada por meio impresso, através da afixação no mural da Prefeitura para livre acesso de todos que se interessarem e também por meio digital no website: <http://www.lagoaprev.com.br/p/?a=40&b=951>



Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	558.038.304-53 - Severino Jeronimo Da Silva	Data: 07/07/2015	Assinatura: 
Representante Legal da Unidade Gestora:	783.332.294-68 - JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	Data: 07/07/2015	Assinatura: 
Gestor de Recurso RPPS:	028.083.124-23 - LUCELIA NADJA CLAUDINO	Data: 07/07/2015	Assinatura: 
Responsável:	028.083.124-23 - LUCELIA NADJA CLAUDINO	Data: 07/07/2015	Assinatura: 